

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Paulo de Sousa Mendes

Miguel Sousa Ferro

Com o presente número, a *C&R* ultrapassa os vinte números publicados, o que é prova bastante de que a Revista já se afirmou no mercado das publicações periódicas como um projeto sólido, passados seis anos da sua existência.

É um número duplo, dada a necessidade de reunir num único Dossier Temático um conjunto vasto de artigos sobre “Regulação financeira e Lusofonia”, produzidos no âmbito da disciplina de Mercados Financeiros do Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a coordenação da Professora Doutora Rute Saraiva, nos anos letivos de 2012/2013 a 2014/2015. O referido Dossier Temático constitui um importante contributo para o debate

With the current issue, C&R goes beyond 20 published issues, which is evidence enough of how this Journal has affirmed itself in the market for periodical publications, as a solid project, six years on.

This is a double issue, given the need to gather in a single Thematic Dossier a broad number of papers on “Financial Regulation and Portuguese Speaking Countries”, produced in the framework of the course on Financial Markets in the Scientific Masters of the University of Lisbon Law School, under the coordination of Professor Rute Saraiva, from 2012/2013 to 2014/2015. This Thematic Dossier is an important

de uma multiplicidade de aspetos da regulação financeira no quadro de ordens jurídicas que têm como denominador comum a Lusofonia e a herança da sua tradição jurídica. A sua publicação enquadra-se no contínuo esforço da C&R de fomentar as discussões e partilhas transfronteiriças de conhecimentos, virando a nossa atenção para ordenamentos com laços históricos, culturais e económicos profundos.

Em sede de Doutrina Geral, o presente número abre com um artigo de Pablo Galain Palermo sobre prevenção e repressão do branqueamento de capitais no Uruguai, numa perspetiva de análise doutrinária (aliás, muito crítica) e jurisprudencial, mas também numa perspetiva criminológica (o que é invulgar). As características intrínsecas do branqueamento de capitais exigem metodologias de abordagem inovadoras. Não bastam as metodologias normalmente utilizadas pelas autoridades administrativas e judiciárias, que visam geralmente só a avaliação dos factos ilícitos já consumados. Em especial, a prevenção do branqueamento de capitais implica uma atitude pró-ativa por parte das autoridades administrativas e judiciárias e pressupõe a colaboração das entidades sujeitas na concepção e implementação das medidas adequadas. É, pois, do maior interesse perceber qual é

contribution to the debate of a large number of financial regulation issues in the framework of legal orders which have, as a common denominator, the Portuguese language and the inheritance of the respective legal tradition. Its publication fits into the continued effort of C&R to foster crossborder discussions and exchanges of knowledge, turning our attention to legal orders with profound historic, cultural and economic ties.

In the section on General Doctrine, this issue opens with a paper by Pablo Galain Palermo, on the prevention and fight against money laundering in Uruguay, from an academic (very critical) and case-law perspective, but also from a criminological perspective (which is unusual). The intrinsic characteristics of money laundering required innovative methodological approaches. Methodologies usually used by administrative and judicial authorities are not enough, as they generally focus only on the assessment of unlawful facts which have already occurred. Especially, the prevention of money laundering requires a pro-active attitude on behalf of administrative and judicial authorities and presupposes the cooperation of targeted entities in the creation and implementation of adequate measures. It is, thus,

estratégia político-criminal seguida nos diversos países, não obstante o menor denominador comum imposto a todas as ordens jurídicas nacionais pelas Recomendações do Grupo de Ação Financeira sobre o Branqueamento de Capitais (GAFI), nas suas sucessivas versões.

Segue-se um artigo de Miguel da Câmara Machado sobre um tema muito atual e polémico, que é o da consagração entre nós da possibilidade prática de qualquer cidadão denunciar, até de forma confidencial e anónima, pela Internet, crimes de corrupção ou fraude que ocorram no âmbito das atividades de entidades ou serviços públicos, do setor privado, do comércio internacional e da atividade desportiva. O autor pergunta-se, a propósito desta iniciativa do Ministério Público português designada por “Corrupção: Denuncie aqui”, se há norma habilitante no direito processual penal para criar este tipo de procedimentos, ao mesmo tempo que se concede ao denunciante, através de uma chave de acesso informático, um direito de informação sobre o processo que os próprios sujeitos processuais não têm.

João Zenha Martins debruça-se sobre o ponto de encontro entre o direito e política laborais e o direito da concorrência da União Europeia. Num contexto em que amiúde se cri-

very important to understand what is the political-criminal strategy adopted in the different countries, notwithstanding the inferior common denominator imposed upon all national legal orders by the Recommendation of the Financial Action Group on Money Laundering (FATF), in its successive versions.

This is followed by a paper by Miguel da Câmara Machado, on a very current and controversial topic, which is the foreseeing, in Portugal, of the practical possibility of any citizen to denounce, even confidentially and anonymously, over the internet, crimes of corruption or fraud which occur in the scope of the activities of public bodies or services, in the private sector, in international trade and in sports activities. Regarding this initiative of the Portuguese Public Prosecutor's Office entitled “Corruption: Denounce it here”, the author poses the question of whether there is a legal basis in criminal procedural law for the creation of this type of proceedings, while giving the denouncing party, through an electronic access key, the right to information on the file which even the procedural persons themselves do not have.

João Zenha Martins looks at the meeting point between labour law and policy and European Union competition

ticam as instituições europeias pela falta de iniciativas e apoios no domínio social e da promoção do emprego, é sempre importante recordar contributos que podem passar mais despercebidos, como é o caso das isenções categoriais previstas para auxílios de Estado no domínio da formação e do emprego. O autor chama a atenção para a tendência de ampliação do âmbito desta isenção categorial em reação à crise económico-financeira, facilitando e abrindo as portas às políticas dos Estados-membros de combate ao desemprego.

Por último, Sérgio Varela Alves discute a realidade da inclusão de empresas não financeiras em grupos financeiros, dos conflitos internos que tal suscita e dos problemas que daí podem decorrer para o grupo e para a economia no seu conjunto, como se viu recentemente em Portugal. O autor identifica as dificuldades suscitadas para a regulação e supervisão destes grupos, parecendo defender, no essencial, uma manutenção do *statu quo*, com acertos menos radicais do que têm sido ocasionalmente propostos.

Neste momento em que há uma renovação parcial da Direção da Revista, os atuais Diretores gostariam de destacar o seu papel de continuadores de um projeto coletivo, assegurando assim a perenidade do

law. At a time when European institutions are often criticized for their lack of initiatives and support to social policies and to job promotion, it is always important to keep in mind contributions which may go more unnoticed, such as the case of category exemptions foreseen for State aid in the area of training and employment. The author draws our attention to the tendency for expansion of the scope of this category exemption as a reaction to the economic-financial crisis, making it easier and opening the door for Member States to develop and implement policies to fight unemployment.

Lastly, Sérgio Varela Alves discusses the reality of the inclusion of non-financial companies in financial groups, of the internal conflicts that this creates and the problems which may arise therefrom for the group and for the economy as a whole, as was recently evidenced in Portugal. The author identifies the difficulties this poses for the regulation and supervision of these groups, seeming to defend, for the most, the maintenance of the status quo, which less radical adjustments than have occasionally been proposed.

At this moment when there is a partial renewal of the Direction of the Journal, the current Directors would like to highlight their role as continu-

contributo que os membros fundadores da Direção da *C&R* deram para a afirmação pública, através da Revista, de uma cultura de concorrência e de regulação económica, no quadro de uma economia de mercado que respeita os direitos fundamentais. Acresce que os atuais Diretores pretendem continuar a aprofundar a singularidade deste projeto editorial que, para além das referidas grandes opções de política económica e social, também incorpora uma vertente científica, no sentido em que a Revista tem sido um fórum permanente de diálogo e de debate entre várias perspetivas autorais, no domínio jurídico e económico, sobre temas de concorrência e de regulação económica, o que tem sido particularmente evidente na prática de cada número da Revista conter um ou mais Dossiers Temáticos. Os atuais Diretores procurarão, pois, concretizar o voto formulado no Editorial do número precedente de prossecução continuada, nos planos que se mostrem mais adequados, dos esforços em prol da *cultura de concorrência*.

Em cada fase da sua existência, a *C&R* rende homenagem aos membros dos seus órgãos, cada um dos quais tornou possível a consolidação da Revista, designadamente os seus primeiros Diretores, o Professor Doutor João Espírito Santo Noronha e o Professor Doutor Luís Silva Morais.

ing a collective project, thus ensuring the perpetuation of the contribution of the founding members of the Direction of C&R to the public affirmation, through the Journal, of a culture of competition and economic regulation, in the framework of a market economy which respects fundamental rights. The current Directors also wish to continue to deepen the singularity of this editorial project which, aside from the mentioned macro options of economic and social policy, also incorporate a scientific component, insofar as the Journal has been a permanent forum for dialogue and debate between different doctrinal perspectives, in the sphere of law and economics, on topics of competition and economic regulation, as evidenced in the practice of each issue of the Journal including one or more Thematic Dossiers. The current Directors will, therefore, seek to fulfil the goal expressed in the Editorial of the previous issue, regarding the continued promotion, as deemed most suitable, of the efforts to develop a competition culture.

In each phase of its existence, C&R pay homage to the members of its bodies, each of which has made the publication of this Journal possible, namely its first Directors, Professor João Espírito Santo Noronha and Professor Luís Silva Morais.